

MINISTERIO DA FAZENDA

INTRODUCCÃO

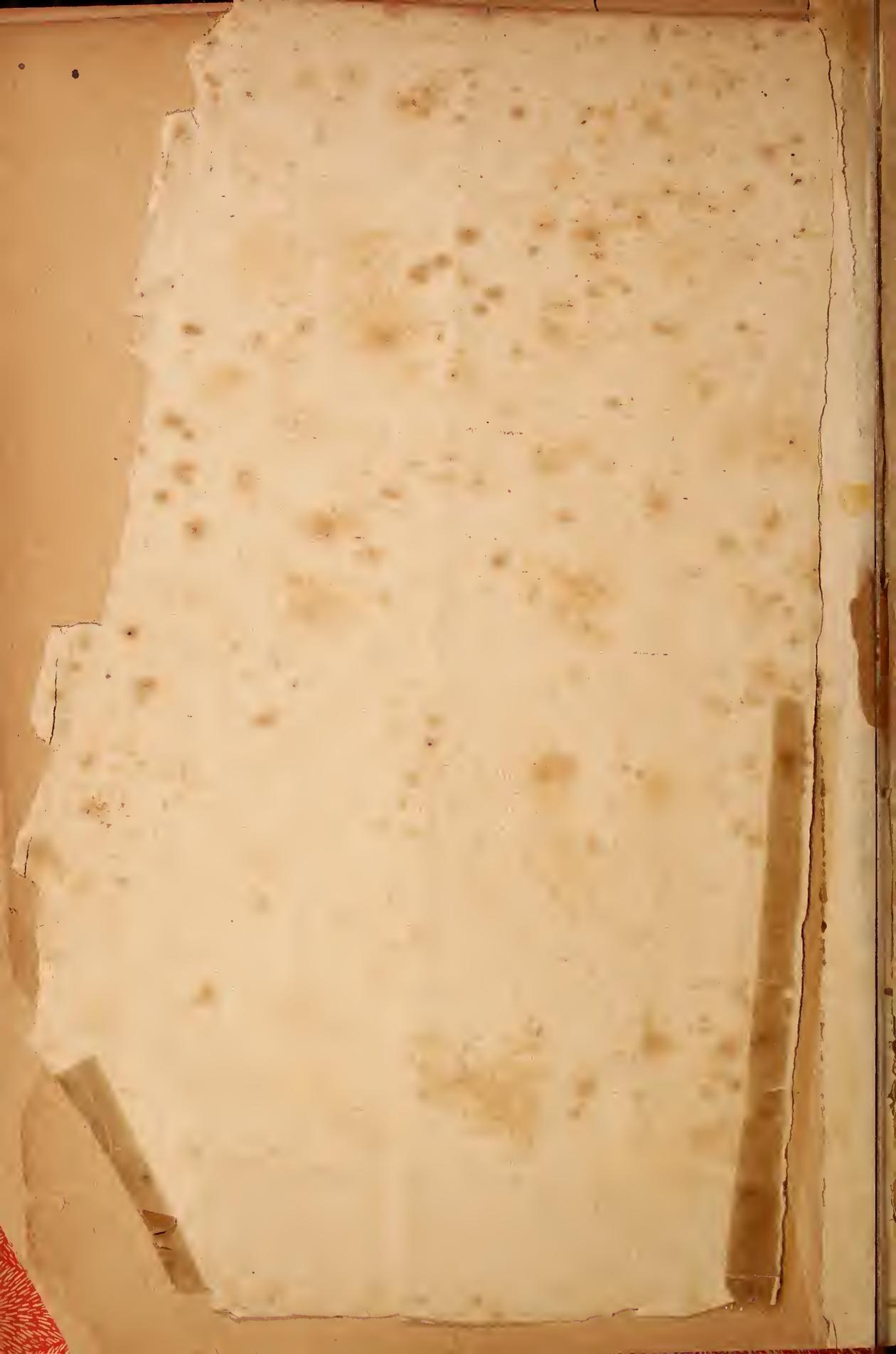
AO

RELATORIO DO MINISTRO

Joaquim Murtinho

BRAZIL-RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1899



INTRODUCCÃO

AO

RELATORIO DO MINISTRO DA FAZENDA

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

INTRODUÇÃO

AO

RELATORIO DO MINISTRO DA FAZENDA

Joaquim Murinho



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1899

MINISTRO DI FINANZA
BIBLIOTECA

11812 DATA 26/11/48

Sr. Presidente da Republica

Ao apresentar-vos o relatorio dos serviços a cargo do Ministerio, cuja direcção me foi confiada, seja-me permittido, antes de tratar detalhadamente de cada uma das secções em que se subdivide este ramo de administração publica, fazer algumas considerações geraes sobre os dous problemas, que mais de perto interessam ao paiz: a crise economica e a crise financeira. A primeira depende não da diminuição da massa de productos, mas da redução do valor da unidade do mais importante delles: o café.

Essa redução de preço é a consequencia economica, logica e forçada, da producção exaggerada em relação ao consumo.

A crise é, pois, a expressão, não de uma decadencia, no trabalho, nacional, mas de uma degradação economica consequente á applicação viciosa desse trabalho na producção de um genero excessivo no mercado.

A crise financeira depende por sua vez, não tanto da diminuição da massa das rendas do Estado, mas da redução do valor da unidade dessa massa.

Esta redução é por seu turno a consequencia economica, logica e forçada, da producção exaggerada do meio circulante em relação ao valor real da circulação. >

(A crise financeira é, pois, não a expressão de uma grande decadencia nas fontes de renda do Estado, mas do regimen, que produzia a superabundancia de papel-moeda no mercado.

As duas crises são, Sr. Presidente, perfeitamente semelhantes em sua expressão geral: superabundancia de café em relação ao consumo, superabundancia de papel-moeda em relação ao valor da circulação; abaixamento do preço do café, abaixamento do preço do papel; redução do valor total da renda nacional, redução do valor total das rendas do Estado.

Semelhantes em suas manifestações, são também semelhantes em suas origens.

As grandes emissões, que excitaram a febre de negocios, desenvolvendo os canaes da circulação monetaria, invadiram os campos, destruindo a calma, a prudencia e a sabedoria no espirito dos agricultores, infiltrando-lhes a ambição de grandes fortunas realizadas com grande rapidez.)

Os titulos de credito representam sem duvida papel de grande importancia nas transações das sociedades adeantadas, e essa importancia cresce tão parallelamente ao desenvolvimento dessas sociedades, que se póde dizer que o papel que elles representam no commercio serve de thermometro para medir o progresso industrial e commercial dos povos.

Esses titulos não têm valor real em si mesmos, mas representam um valor potencial, que póde, fecundado pelo trabalho, produzir valores reaes.

As letras descontadas todos os dias pelos commerciantes, industriaes e agricultores são factores importantes na formação das riquezas creadas por aquellas tres grandes manifestações da actividade humana.

Si o valor potencial dos titulos de credito póde exercer as mesmas funções que o valor real da moeda, ha, entretanto, uma differença radical entre essas duas especies de valor: o ultimo tem uma existencia permanente, ao passo que o primeiro tem uma existencia transitoria.

O valor potencial ou crêa um valor real, que o substitue, ou desaparece em um tempo mais ou menos curto.

Si os que descontam as letras nos bancos conseguem com o seu trabalho crear novos valores, estes vão substituir naquelles bancos os valores potenciaes das letras pelos valores reaes creados, dados em pagamento, e ter-se-ha assim augmentado a riqueza publica e particular.

Si, porém, nenhum valor real foi creado pelas letras descontadas, estas vão se depreciando pelas reformas successivas, até que tenham perdido de todo o seu valor.

No primeiro caso, as carteiras bancarias ter-se-hão enriquecido por uma parte dos novos valores creados pelo trabalho productivo ; no segundo caso, porém, ellas ficarão com um grande valor nominal em deposito, mas desse valor nominal só uma parte terá valor real ; a outra, representada por letras descontadas sem valor, representará massa inerte, diluindo o valor real do banco em uma grande massa de valor nominal.

Alguma cousa de semelhante se passa com o papel-moeda, que exprime um titulo de credito, uma promessa de pagamento, uma especie de letra descontada que se deposita na circulação monetaria do paiz.

O papel-moeda representa por isso tambem um valor potencial no momento de sua emissão, e esse valor potencial tende por sua vez a ser substituido por um novo valor real creado, ou, ao contrario, a desaparecer.

Si o papel emittido é empregado em trabalho productivo, a riqueza creada vem substituir o valor potencial do bilhete e ha augmento verdadeiro de riqueza publica e particular, manifestado por um desenvolvimento de circulação monetaria não só em sua extensão, mas tambem em seu valor real.

Si, porém, o emprego do papel-moeda se faz em trabalhos improductivos, nenhum valor real será creado para substituir o valor potencial do bilhete, que assim desaparece, deixando uma circulação grande em sua extensão e pequena em seu valor real.

A emissão de papel-mocda, creando valores potenciaes, provoca a formação de negocios, alarga de facto a circulação, augmentando-lhe o valor primitivo durante o tempo de existencia daquelles valores potenciaes.

Si nesse periodo o trabalho, fecundado pelo valor dos bilhetes, crear novas riquezas, a circulação fica definitivamente augmentada e enriquecida pelos valores creados, que virão substituir os valores potenciaes desaparecidos.

Si, porém, durante aquelle periodo, os valores potenciaes forem entregues a trabalho improductivo, nenhum valor novo será creado para substituir os valores potenciaes, que por sua natureza vão desaparecendo na circulação. Esta ficará assim com grande massa de bilhetes inertes, servindo apenas para diluir o valor real circulante.

Teremos deste modo uma circulação grande em sua extensão e pequena em seu valor.

A emissão de papel-mocda nem sempre, pois, é um mal; ella pôde, ao contrario, representar um grande agente de progresso e prosperidade das nações.

Tudo depende, como em todas as questões de credito, da moderação, da prudencia, do criterio com que se faz a emissão e do emprego productivo que della se faz, determinando a criação de novas riquezas, que valorizem a circulação augmentada pela emissão.

Das duas especies de emissões que se pôde fazer: a de bilhetes conversiveis á vista e ao portador e a de bilhetes de curso forçado, só a primeira pôde satisfazer as condições acima indicadas como essenciaes para o bom exito da operação. Nella a emissão é solicitada por uma necessidade social preexistente á operação.

A possibilidade da conversão crêa uma responsabilidade no agente emissor, provocando o estudo dos negocios que o solicitam. O facto da conversão repetida com frequencia previne-o da necessidade de restringir as emissões, despertando em seu espirito a prudencia e a moderação na realização dos negocios.

De sorte que, si os lucros o impellem a novas emissões, a responsabilidade ligada á conversão modera-lhe os movimentos e a operação se

faz sabia e cautelosamente em beneficio dos negocios bem estudados, cujos resultados serão novos valores creados. O estudo e a selecção dos negocios são, pois, a resultante da conversibilidade dos bilhetes.

Eis porque a emissão de bilhetes conversiveis se faz de modo lento e gradual ; eis porque os valores potenciaes desses bilhetes são transformados em valores reaes pelos trabalhos productivos, escolhidos d'entre os mais fecundos e mais urgentes ; eis porque a circulação cresce constantemente não só em extensão, mas tambem em valor pela incorporação de novas riquezas creadas.

Na emissão de curso forçado, o interesse ligado á operação não tem freio ; sem a responsabilidade ligada ao dever da conversão, o agente emissor procura inventar negocios, multiplica-os, sem se preoccupar com outra cousa que não seja o lucro do momento.

Nem se diga que, dadas certas circumstancias especiaes de meio e de qualidades pessoaes, o agente emissor póde agir em relação ao papel de curso forçado com a mesma prudencia e a mesma sabedoria com que agiria em relação ao papel conversivel.

E' preciso não conhecer a natureza humana e a historia das emissões em todos os paizes para aceitar semelhante asserção.

A emissão de curso forçado, realizada precipitadamente, alargando de modo brusco a circulação e realizando promptamente grandes lucros pela especulação que desenvolve, gera um estado especial de espirito, uma verdadeira nevrose, caracterizada pela mania das grandezas, por um optimismo exaggerado, por um arrojo invencivel, que supprime toda a prudencia e todo o criterio.

Leia-se o que espiritos, alguns delles superiores, escreveram no tempo do furor das nossas emissões ; procure-se recordar actos de homens que até então eram notaveis pela sua honradez e circumspecção, e ter-se-ha a verdade do que affirmamos.

Nestas condições, a emissão de curso forçado traz em sua propria natureza os elementos de sua ruina.

Os negocios inventados por ella são em geral improductivos, e, quando os valores potenciaes dos bilhetes emittidos têm desaparecido, nenhum valor novo creado os vem substituir.

Por esta fôrma a circulaçãõ ficarã augmentada em extensãõ, mas o seu valor voltará ao que era antes da emissãõ.

Teremos assim uma circulaçãõ monetaria cuja forçã vivificante nãõ corresponde á amplitude de sua extensãõ.

As nossas emissões de curso forçado, sobretudo as de 1890 para cá, constituem exemplo notavel do que acabãmos de expender.

(A existencia do papel-moeda começõ entre nós em 1809, quando o Banco do Brazil fez a sua primeira emissãõ, seguida em pouco tempo de outras, de sorte que em 1827 a somma emittida se elevava a pouco mais de 21.000:000\$000.

Encampada esta emissãõ pelo Governo, outras foram realizadas, de sorte que em 1841 a circulaçãõ total montava a mais de 40.000:000\$000.

Dahi em deante a historia do papel-moeda entre nós é a repetiçãõ em maior escala desta primeira phase, que acabãmos de descrever.

Emissões bancarias, encampaçãõ pelo Governo, emissões pelo Estado.

Foi por esta fôrma que em 1889 a massa de papel-moeda de curso forçado se elevava a mais de 192.000:000\$000.

Proclamada a Republica, as emissões precipitaram-se de tal fôrma que, anno a anno, ella se elevou a 297, 513, 561, 631, 712, 678, 711, 720 e 785.000:000\$, valor este ultimo a que attingiu em fins de 1898.

Esses numeros formam a escada de decadencia economica e financeira que a Republica devia descer logo nos seus primeiros annos de existencia.)

Comquanto no regimen da monarchia as emissões tivessem emprego improductivo, o valor real da circulaçãõ, embora com oscillações mais ou menos notaveis, mantinha-se em certo nivel, elevado, relativamente fallando, ao que hoje observamos.

As correntes de ouro que periodicamente entravam no Brazil, já por emprestimos ao Estado, já como capitaes de companhias estrangeiras, neutralizavam até certo ponto a multiplicidade das emissões e seu emprego improductivo.

Entretanto, como bem o demonstrou o Dr. José Carlos Rodrigues em seu importante trabalho sobre o papel-moeda no Brazil, mesmo no tempo

da monarchia, as emissões relativamente pequenas, neutralizadas pelas correntes de ouro do exterior, nunca deixaram de exercer influencia deprimente sobre o cambio, desvalorizando a nossa circulação.

Durante o regimen republicano as grandes emissões se fizeram em tão grande escala e as correntes de ouro do exterior se reduziram de tal fórma, que só os cegos e os systematicos poderão negar a influencia desastrada da superabundancia do papel inconvertivel.

O quadro seguinte encerra verdades duras e amargas; elle representa o tronco da arvore genealogica das nossas crises economicas e financeiras, arvore cujas radículas veem desde o terreno da monarchia:

Nota sobre a circulação do papel-moeda

EM FIM DE	EMIÇÃO EM CIRCULAÇÃO	VALOR EM OURO RÉIS	DEPRECIACÃO DO PAPEL-MOEDA	CAMBIO MÉDIA ANNUAL	VALOR EM LIBRAS ESTERLINAS	VALOR ANNUAL MÉDIO DA LIBRA ESTERLINA
1889, novembro 15	492.800:000\$000	196.308:960\$000	1,82 %	27 $\frac{1}{2}$	22.091.668	8\$727.272
1890.	297.800:000\$000	249.556:400\$000	16,20 %	22 $\frac{5}{8}$	28.073.856	10\$607.731
1891.	513.727:000\$000	311.010:325\$800	39,46 %	16 $\frac{11}{32}$	34.934.275	14\$684.512
1892.	561.000:000\$000	248.074:200\$000	55,78 %	11 $\frac{15}{16}$	26.803.203	20\$925.430
1893.	631.700:000\$000	270.557:410\$000	57,17 %	11 $\frac{9}{16}$	30.433.465	20\$756.756
1894.	712.000:000\$000	266.216:800\$000	62,61 %	10 $\frac{3}{32}$	29.944.793	23\$777.089
1895.	678.100:000\$000	249.608.610\$000	63,19 %	9 $\frac{15}{16}$	28.077.578	24\$150.943
1896.	711.641:000\$000	240.534:658\$000	66,20 %	9 $\frac{1}{8}$	27.057.185	26\$301.369
1897.	720.962:158\$000	206.123:080\$972	71,41 %	7 $\frac{23}{32}$	23.187.195	31\$093.117
1898.	785.941:758\$000	209.296:290\$155	73,37 %	7 $\frac{3}{16}$	23.537.319	33\$331.301
Fevereiro .	779.953:563\$000	200.448:065\$691	74,30 %	6 $\frac{15}{16}$	22.545.533	34\$594.591
Março .	773.802:433\$000	197.087:479\$685	74,53 %	6 $\frac{7}{8}$	22.166.216	31.909.090
Abril .	764.795:391\$000	207.183:071\$422	72,91 %	7 $\frac{5}{16}$	23.302.360	32\$820.512
1899. Maio .	757.792:535\$000	221.048:082\$160	70,83 %	7 $\frac{7}{8}$	24.865.068	30\$176.190
Junho .	750.790:871\$000	221.633:465\$119	70,48 %	7 $\frac{31}{32}$	24.928.603	30\$117.617
Julho .	740.764:141\$000	223.784:846\$996	69,79 %	8 $\frac{5}{32}$	25.174.407	29\$125.287
Agosto .	735.759:000\$000	219.736:530\$300	70,13 %	8 $\frac{1}{10}$	24.717.270	29\$767.441

Quadro da exportação

ANNOS	CAMBIO MÉDIO ANNUAL	VALOR DA LIBRA ESTERLINA	VALOR EXPORTADO EM PAPEL-MOEDA	VALOR EXPORTADO EM OURO, RÉIS	VALOR EXPORTADO EM LIBRAS ESTERLINAS
1889.	27 $\frac{3}{16}$	8\$827.586	253.953:000\$000	258.574:944\$600	28.768.114
1890.	22 $\frac{5}{8}$	10\$607.734	291.900:000\$000	244.612:200\$000	27.517.659
1891.	16 $\frac{11}{32}$	14\$684.512	438.641:495\$250	265.553:561\$224	29.871.030
1892.	11 $\frac{15}{16}$	20\$926.430	453.980.420\$250	200.750:141\$835	21.694.117
1893.	11 $\frac{9}{16}$	20\$756.756	636.355:183\$800	272.550:925\$222	30.657.737
1894.	10 $\frac{3}{32}$	23\$777.089	631.098:650\$700	235.967:785\$497	26.542.301
1895.	9 $\frac{15}{16}$	24\$150.943	731.178:371\$700	269.146:758\$622	30.275.355
1896.	9 $\frac{1}{8}$	26\$301.369	735.701:342\$200	246.321:138\$063	27.708.092
1897.	7 $\frac{23}{32}$	31\$093.117	868.890:673\$350	248.415:843\$501	27.944.792
1898.	7 $\frac{3}{16}$	33\$391.304	814.301:311\$950	216.848:439\$373	24.386.628

Os numeros que nelles figuram têm a eloquencia que, si não de leita, convence de certo ; a luz que delles brota, si não tem o poder offuscante dos sophismas, tem a claridade serena e fixa que illumina.

(A primeira observação a fazer é que a depreciação do papel-moeda começou a tornar-se notavel desde a primeira emissão republicana, e que se foi accentuando á medida que novas emissões eram realizadas, attingido o seu maximo em março de 1899, tres mezes depois de haver sido iniciado o resgate.

A depreciação, que em 1890 era apenas de 16,20 %, elevou-se a 74,53 % em março de 1899.

Como expressão do mesmo facto economico, nota-se ainda nesse quadro que o valor médio da libra esterlina subiu de 10\$607 a 34\$909 e que o cambio médio desceu de 22 $\frac{5}{8}$ a 6 $\frac{7}{8}$ no mesmo periodo de tempo.

A primeira conclusão a tirar é que o augmento crescente do papel-moeda de curso forçado determinou um augmento crescente da

depreciação do mesmo papel, do valor da libra esterlina e da depressão cambial.

A segunda observação a fazer-se é que o valor em ouro da circulação teve um augmento notavel nos primeiros annos, mantendo-se em nivel superior o que tinha antes das emissões, mas que esse augmento foi decrescendo a pouco e pouco até que em março de 1899 se achava ao nivel que occupara nos ultimos dias da monarchia.

D'ahi se deduz que, a principio, a depreciação do papel-moeda não foi rigorosamente proporcional á quantidade das emissões, isto é, que a depreciação não se fez com a mesma rapidez com que se realizaram as emissões, mas que no fim de algum tempo a depreciação se precipitou de tal fórma que o augmento do valor em ouro da circulação obtida pelas primeiras emissões se foi a pouco e pouco reduzindo até chegar ao que era antes.

As nossas emissões, como todas as outras, trouxeram, pois, uma ampliação da circulação e um augmento do seu valor pela criação dos valores potenciaes de seus bilhetes.

Mas, como em todas as emissões de curso forçado, os valores potenciaes desapareceram sem ser substituidos por valores reaes, de sorte que o resultado final foi deixar-nos para um valor circulante igual do dos ultimos dias da monarchia, isto é, 22 milhões esterlinos, uma massa circulante quatro vezes maior.

Nem se diga que a desvalorização continua da nossa circulação possa ser explicada tão sómente pela redução do valor de nossa exportação, pois, como se vê do quadro acima, o valor da exportação em 1895 foi muito maior que em 1894, 1891 e 1890; entretanto, o valor em ouro da circulação em 1895 foi igual ao de 1890 e menor que os de 1891 e 1894; o valor da exportação em 1897 foi maior que em 186, 1894 e 1890, entretanto, o valor em ouro da circulação nesses tres annos foi maior que em 1897.

A situação, pois, creada para a Republica em virtude das emissões repetidas de papel moeda de curso forçado foi a de um valor circulante igual ao dos ultimos tempos da monarchia, para uma circulação quatro vezes maior, para um aparelho circulatorio quatro vezes mais amplo.

E, como o valor circulante se traduz pelo valor da sua unidade, o mal traduz-se pela desvalorização da unidade circulatória mil réis em relação á unidade typo *libra esterlina*, isto é, pela baixa do cambio.)

(Estudado o mecanismo pelo qual as emissões desvalorizaram a nossa circulação, não é difficil comprehender-se como por um mecanismo semelhante desvalorizaram a nossa produção.

A pseudo abundancia de capitaes por ellas produzida promoveu a criação de um sem numero de industrias e desenvolveu de modo extraordinario a actividade agricola.

Como todo o desenvolvimento precipitado, elle se fez sem ordem, sem calma necessaria ao estudo, sem estudo indispensavel á previsão.

D'ahi o estabelecimento de industrias artificiaes e a organização agricola para produção exaggerada do café, os dois factores da desvalorização da nossa produção.

O emprego de capitaes e operarios em industrias artificiaes representa um verdadeiro esbanjamento da fortuna nacional.

A renda dos productos dessas industrias só se faz afastando-se artificialmente do mercado productos similares estrangeiros.

O custo de produção nessas industrias, sendo muito alto em relação ao dos que nos veem do exterior, eleva, por meio de taxas ultra-protectoristas nas tarifas da Alfandega, o preço dos productos estrangeiros, creando assim um mercado falso, em que os productos internos vencem na concorrência os productos do exterior.

Todo consumidor é, pois, lesado, e a differença entre o que elle paga pelos objectos nesse regimen e o que pagaria em um regimen livre representa um imposto que lhe é arrancado para manutenção daquellas industrias.)

E, como o plantador de café e o productor de borracha, de matte, de algodão, ipecacuanha e outros generos, que constituem nossa riqueza de exportação, são tambem consumidores, não é difficil ver-se que no custo de produção de todos esses generos entra como elemento de depreciação esse imposto em favor das industrias artificiaes.

Os nossos productos exportados levam, pois, comsigo a taxa parasitaria que faz diminuir de modo notavel a riqueza nacional.

Nem se allegue que algumas dessas industrias estão nacionalizadas, por ser toda a materia prima por ellas empregada extrahida do paiz, pois que uma industria nacional póde não ser natural.

O que caracteriza uma industria natural não é o facto de ter sua materia prima importada ou não, mas o de ter capacidade de produzir o maximo resultado possivel em relação ao capital empregado com o mais baixo preço em um regimen de livre concorrência.

Uma industria em que a mão de obra representa o papel principal no custo de producção deve ser considerada actualmente artificial no Brazil, mesmo quando toda a materia prima exista entre nós. A industria de artefactos de borracha estaria evidentemente neste caso.

Nem se diga ainda, Sr. Presidente, que essas industrias, contribuindo para a diminuição da nossa importação nos trazem o beneficio do equilibrio da balança commercial.

O ideal economico de um paiz não deve ser importar pouco, mas importar e exportar muito.

Os capitaes empregados nas industrias artificiaes que contribuem para redução da nossa importação, si fossem empregados em industrias naturaes, deveriam produzir na exportação renda sufficiente para cobrir essa differença na importação e ir ainda além, collocando a balança commercial em melhores condições.

(Assim, Sr. Presidente, a producção das industrias artificiaes não representa um resultado economico; os seus lucros exprimem apenas impostos sobre as outras producções; os capitaes nellas empregados não são factores, mas antes agentes parasitarios da riqueza publica.

Eis como as emissões, creando industrias artificiaes, contribuíram para a diminuição da riqueza nacional.

Por um mecanismo de alguma fórma semelhante ellas produziram o mesmo resultado com a excitação desordenada na cultura do café.

Uma industria natural em um paiz póde, desenvolvendo-se além de certo ponto, tornar-se em parte artificial, quando a producção

excessiva em relação ao consumo determinar redução exagerada nos preços da mercadoria.

E' o que se dá actualmente com a industria agricola do café no Brazil.

Em nenhum outro paiz se póde produzir esse genero em condições tão economicas como entre nós ; entretanto, o resultado dessa industria, quer considerado debaixo do ponto de vista particular, quer encarado sob o ponto de vista nacional, chegou a diminuir de fórma tal que quasi deixa de remunerar o trabalho de sua producção.

A lavoura do café deve ser considerada em relação ao consumo actual como composta de duas partes, uma constituida pela cultura em terrenos e climas superiores por agricultores intelligentes e em boas condições economicas, outra representada pela cultura em terrenos e climas inferiores, por agricultores rotineiros e em más condições economicas.)

A producção da segunda parte contribue para a desvalorização da primeira, augmentando a producção geral ; ella actua, pois, em relação áquella como agente parasitario, debaixo do ponto de vista nacional.

Os capitaes e actividades empregados nesta segunda parte não são sómente elementos estereis, são factores prejudiciaes á riqueza publica no momento actual, são agentes de destruição e não de producção de valores. A situação, pois, creada na agricultura pelas grandes emissões de papel-moeda foi um movimento brusco e desordenado, dando em resultado uma producção de café excessiva em relação ao consumo actual.

Como vêdes, Sr. Presidente, os effeitos das emissões exaggeradas sobre a circulação monetaria e sobre a producção nacional são muito semelhantes em suas manifestações : discordancia entre o valor real da circulação e a sua extensão ; discordancia entre a producção do café e o seu consumo, acarretando como consequencia fatal — baixa do preço da nossa moeda, baixa do preço do café.

Dar-se-hia, pois, o facto de destruição de genero que representa valor liquido grande, deixando no mercado genero que representa valor liquido inferior, o que seria uma redução da riqueza nacional e uma aggressão de ordem economica ao paiz.

Ainda mais, á custa da destruição de generos produzidos por homens intelligentes, em terras ferteis, em climas adequados, em condições economicas favoraveis, iriamos beneficiar os incompetentes, cultivando terras inferiores, em climas improprios, os que, devido á imprudencia ou incapacidade, se collocaram em más condições economicas.

Seria como si, para resolver uma crise commercial produzida por um excesso de negociantes em relação á quantidade possivel de negocios, o Governo decretasse que cada um deveria reduzir as suas transacções para que os negocios e os lucros podessem beneficiar a todos.

Seria a protecção aos inferiores á custa dos superiores, seria o socialismo applicado á solução de um problema economico.

Seria uma medida util a alguns lavradores, mas profundamente prejudicial á lavoura, que entraria em degenerescencia, como toda organização em que se nega aos sêres superiores as vantagens inherentes á sua superioridade.

Seria um bello acto de generosidade em relação a alguns, mas de certo seria um attentado contra a justiça e um grande erro economico.

Outros, Sr. Presidente, pensam que os máos efeitos do excesso de producção poderiam ser neutralizados si o Governo chamasse a si o commercio do café, para, regularizando a venda, evitar o excesso da offerta.

Esses não reflectem que, mesmo que o Governo tivesse capacidade para exercer funcções commerciaes, elle não poderia regularizar a venda do café sinão á custa de grandes despesas com a manutenção de um *stock*, que augmenta todos os annos, de sorte que essas despesas absorveriam os lucros provenientes da valorização do producto.

E, como essas despesas seriam realizadas com recursos provenientes de impostos fornecidos por todo o paiz e principalmente pelas classes

productoras, não é difficil vêr-se que a obra do Governo não poderia ser mais esteril, dando com uma das mãos o que tira com a outra.

Alguns apresentam ainda como idéa salvadora a de largos empréstimos aos agricultores ; e, esquecendo-se da experiencia do passado, sustentam que quantias não avultadas applicadas áquelle fim resolveriam todas as difficuldades.

Não reflectem os defensores dessa medida que, mesmo na hypothese de poder o Governo dispor dos recursos necessarios para aquelle fim, os largos empréstimos, na situação actual, se traduziriam em beneficio talvez para alguns lavradores, mas com certeza em grandes desastres para o Thesouro, para a agricultura e para o paiz.

Não havendo falta de producção, devido á falta de capitaes, e sendo a crise oriunda de uma organização viciosa da lavoura, os empréstimos só serviriam para alimentar, desenvolver e ampliar aquella organização viciosa, prolongando por mais tempo a crise que se procura combater.

Todos estes alvitres que acabámos de analysar são impotentes para debellar o mal, pois todos elles, deixando intacta a causa, procuram destruir artificialmente os effeitos.

O mal está na superabundancia em relação ao consumo, o remedio só pôde estar na redução da producção do café.

Esta operação extremamente complexa e complicada nunca poderia ser realizada pelo Governo, ella será o resultado da luta, da concurrencia entre os diversos lavradores, produzindo por mcio de liquidações a selecção natural, manifestada pelo desaparecimento dos inferiores e pela permanencia dos superiores.

A cultura ficará então concentrada nas zonas e nos climas mais adequados e nas mãos dos lavradores mais habéis e de maiores recursos.

O resultado dessa concentração será uma redução na quantidade do producto, que ficará adaptada ao consumo e valorizada.

As terras abandonadas pela cultura do café, os capitaes e actividades nellas empregados serão aproveitados em outras culturas.

E assim a riqueza nacional se desenvolverá, não só pela valorização do café, como ainda pela producção das novas culturas

E' este um trabalho que já está em actividade, trabalho que não precisa outro director sinão o interesse individual, trabalho realizado por milhares de individuos, agindo de accordo com suas conveniencias pessoaes, sem coacção alguma governamental, e obedecendo apenas ás leis economicas naturaes, contra as quaes ninguem póde nem deve insurgir-se.

Si a valorização do café, que tanto influe na crise economica, é, como acabámos de ver, uma operação complexa, a valorização do papel-moeda, que influe, não só naquella como tambem na financeira, não é menos complexa, como é facil observar.

O habito de ver o papel circular como moeda empresta-lhe um valor tão real para muitos, que temos visto entre nós homens eminentes por diversos titulos lamentar a destruição da fortuna publica ao receberem a noticia da incineração do papel de curso forçado.

Para esses o papel-moeda nunca póde ser de mais, e a maior ou menor quantidade não influe sobre o valor da circulação ou sobre o cambio.

Poderíamos assim, si semelhante opinião extravagante fosse verdadeira, emittir á vontade mais papel-moeda, que, continuando com o mesmo valor que tem actualmente, nos forneceria os meios necessarios para satisfazer todos os nossos compromissos.

A solução das nossas crises estaria, pois, na machina de impressão, cujos bilhetes poderiam ser trocados sempre com o mesmo valor pela riqueza e productos dos outros paizes.

E' neste assumpto a suprema fantasia.

Outros, deante das conclusões ridiculas desse modo de encarar esta questão, procuram approximar-se mais da verdade, sustentando que ha um limite além do qual não convem emittir ; esse limite é fixado arbitrariamente por alguns, outros, porém, aceitam a extensão da população e das transacções como seu regulador.

Têm-se feito mesmo tabellas muito curiosas em que se compara nos diversos povos a quota de moeda por cada habitante, com o fim de demonstrar que o papel-moeda não é actualmente excessivo entre nós.

Esquecem-se, porém, de que essa comparação não tem sentido siquer, sendo feita entre povos que têm circulação metálica e os que se servem de papel de curso forçado.

O papel-moeda é um título de crédito e, como tal, o seu valor depende da riqueza e da honestidade de quem o emite.

O numero de habitantes de um paiz não tem relação directa, nem com a sua riqueza, nem com a sua honestidade, e não póde, por isso, determinar a capacidade emissora em relação ao papel-moeda.

O numero de transacções está no mesmo caso, porque o crédito não cresce com o numero das transacções; ao contrario, estas é que têm de subordinar-se ao crédito.

E' por isso que dizer-se que um paiz multiplicando as suas transacções augmentará sua capacidade para emittir papel-moeda, é dizer que um individuo que augmenta suas transacções augmenta o seu crédito e sua capacidade de descontar letras nos bancos.

A experiencia já demonstrou entre nós a verdade do que acabamos de dizer.

Para justificar a necessidade das grandes emissões invocou-se o desenvolvimento extraordinario que tinham tido as nossas transacções, já pela libertação dos escravos, já pela entrada dos immigrants.

O resultado não se fez esperar; no fim de algum tempo o papel começou a soffrer a depreciação, e essa foi tão longe que hoje o valor circulante, que alimenta as transacções que exigiram as grandes emissões, é quasi igual ao dos ultimos tempos da monarchia.

Tivemos o poder de imprimir bilhetes multiplicando-os de accôrdo com o crescimento das nossas transacções, mas não podemos nem podiamos ter a faculdade de dar-lhes valor proporcional a essas transacções, e só conseguimos obter a diluição do valor primitivo, mal que só corrigiremos seguindo a politica inversa, subordinando o numero das nossas transacções ao nosso valor circulante e a nossa capacidade emissora regulada pela fortuna e crédito publicos.

Outros ainda da mesma escola sustentam que a quantidade de papel-moeda em nada influe na sua depreciação, e que só a balança commercial é a reguladora do cambio.

(Antes de tudo convém observar que temos tido cambio alto com balança commercial desfavoravel, mesmo com balança economica desfavoravel; e depois, si a quantidade de papel não influisse sobre a taxa cambial, poder-se-hia emittir o sufficiente para em falta de cambias comprar ouro e equilibrar a balança commercial, de sorte que por meio de novas emissões poderiamos elevar o cambio annullando os máos effeitos da balança disequilibrada; conclusão tão extravagante que ella constitue uma demonstração por absurdo da falsidade do principio que analysamos.

Esta questão de balança commercial tem sido encarada entre nós debaixo de ponto de vista falso.

Uma balança desfavoravel nem sempre é signal de decadencia economica em paiz em que ella se manifesta.

Um excesso de importação representa muitas vezes, não objecto de consumo, mas agentes de producção, que no fim de algum tempo póde dar resultado capaz de cobrir a differença manifestada na balança commercial no momento da importação e apresentar ainda um saldo.

E' por isso que se deve considerar prospero o paiz que, tendo todos os annos balança commercial desfavoravel, apresenta, entretanto, augmento constante em sua producção annual, o que quer dizer que contrahe todos os annos novos compromissos, mas que esses compromissos são empregados no augmento de sua producção e de sua riqueza.)

E' o que se nota em todos os paizes novos em estado de progresso economico.

Ainda mais, o equilibrio da balança commercial exprime apenas a relação entre a exportação e a importação, de sorte que dous paizes podem ter a balança commercial equilibrada, tendo um delles importação e exportação muito pequenas e o outro os mesmos elementos muito grandes.

Evidentemente, o segundo desses paizes é muito mais rico e sua potencia emissora de papel-moeda não póde deixar de ser muito maior, de fórma que, si ambos tiverem a mesma quantidade de papel-moeda em circulação, o papel do segundo terá, sem duvida, maior valor, isto

é : o cambio estará nelle em melhor situação, apezar da igualdade das condições da balança commercial.

Procuremos, pois, Sr. Presidente, em outros elementos as causas da desvalorização da nossa moeda e da depressão da taxa cambial.

(Em paiz empobrecido como o nosso, com o credito quasi extinto, quer no exterior, quer no interior, a potencia emissora não póde ter outra base, outra garantia, a não ser a riqueza por nós produzida e exportada, riqueza destruida pelo consumo, mas renovada todos os annos. |

(Calculou-se o anno passado o valor da nossa exportação em 24,5 milhões esterlinos; si admittirmos que elle não decresce este anno, podemos dizer que a nossa potencia emissora é de 217.000:000\$ ao par, correspondente aos 24,5 milhões esterlinos.

Para que os 735.000:000\$, que constituem nossa circulação em papel possam representar os 217.000:000\$, ouro, ou os 24,5 milhões esterlinos, é necessario que o valor de mil réis seja mais ou menos 8 pence, numero que exprime a nossa taxa cambial, na hypothese de que o valor da exportação não desça de 24,5 milhões esterlinos.

Si estudarmos as condições do mercado, chegaremos a resultados semelhantes, como é facil verificar.

Si o importador precisa de ouro para pagamentos no exterior, o exportador precisa de papel para pagamentos aos productores do Brazil.

Si o papel procura comprar o ouro, este por sua vez procura comprar o papel.

Aos 24,5 milhões esterlinos offerecidos pelos exportadores ou seus intermediarios, apresentam-se os 735.000:000\$, valor da nossa circulação em papel-moeda.

Ora, o preço do ouro e do papel, como o de todos os objectos, é regulado pela lei da offerta e procura, é uma relação entre estes dous termos, relação que, reduzida a sua fórmula mais simples, exprime-se por um quociente.

Nestas condições, o preço do nosso papel-moeda deve ser representado pelo quociente de 24,5 milhões esterlinos divididos por 735.000:000\$,

isto é, $\frac{\text{£ } 24.500.000}{735.000:000\text{\$}} = \frac{5.880.000.000}{735.000:000\text{\$}} = 8 \text{ pence.}$

Si o valor da nossa exportação se mantiver igual ao do anno passado, a taxa de 8 será, pois, o eixo das pequenas oscillações cambiaes na bolsa, oscillações que se farão com limitada amplitude ou para alta, como em julho, ou para a baixa, como no momento actual.

Só um augmento do valor da exportação ou uma nova redução do papel poderá alterar esse eixo do movimento cambial, salvo possiveis migrações de ouro.

Como vêdes, Sr. Presidente, o problema da valorização do nosso meio circulante offerece, como o da valorização do café, duas soluções : o augmento do valor da exportação e a redução da quantidade do papel-moeda, pois que tanto se póde elevar o quociente augmentando o dividendo, como diminuindo o divisor.

A primeira solução pelo augmento do valor da exportação, a que mais conviria aos interesses do paiz, porque traria a valorização da circulação sem diminuir-lhe a extensão, é extremamente lenta para um problema tão urgente, mas póde e deve servir de auxiliar e complementar á solução pela redução do papel por meio do resgate.

O resgate, como execução de nosso programma, foi iniciado em principio deste anno e a quantia retirada da circulação e incinerada, já em virtude do accordo de 15 de junho, já em virtude do decreto n. 2.412, de 28 de dezembro de 1896, até á presente data, excede a 50.000:000\$000.

O effeito dessa medida revela-se, com bastante clareza, no quadro sobre a circulação do papel-moeda que figura no principio desta minha exposição.

Por elle se vê que, assim como a emissão não desvaloriza immediatamente a circulação, o resgate, por sua vez, não tem effeito instantaneo sobre a valorização.)

Do mesmo modo, porém, que algum tempo depois da emissão o effeito deprimente sobre o valor do papel se manifesta, assim tambem no fim de algum tempo o effeito do resgate se torna evidente.

(Assim, em fevereiro e março deste anno, apezar da acção do resgate, o cambio manteve-se baixo e o valor da circulação continuou em

22 milhões esterlinos ou 197.000:000\$, ouro, valor dos ultimos tempos da monarchia.

Em abril, porém, o effeito do resgate começou a manifestar-se de modo visivel, passando a média cambial de $6 \frac{7}{8}$ a $7 \frac{5}{16}$ — $7 \frac{7}{8}$ — $7 \frac{31}{32}$ — $8 \frac{5}{32}$ — $8 \frac{1}{16}$, subindo o valor da circulação até quasi 25 milhões esterlinos ou 222.000:000\$, ouro, havendo, pois, um accrescimento de cêrca de 25.000:000\$, ouro.

Pouco antes do accordo de 15 de junho o cambio estava a $5 \frac{5}{8}$; houve, pois, uma alta de mais de dous pence. Tem-se asseverado que esse effeito não deve ser attribuido ao resgate, allegando-se que, logo depois daquelle accordo, a taxa cambial se elevou ainda mais, quando o resgate nem sequer havia sido iniciado.

Estudemos a questão debaixo deste ponto de vista.

Tres foram as causas que logo depois do accordo financeiro determinaram a alta do cambio:

A primeira — a crença em uma grande differença da situação no mercado de cambio como comprador;

A segunda — a especulação para a alta que sempre se manifesta depois de operações como aquella;

A terceira — a intervenção extra-commercial no mercado de cambio, augmentando artificialmente a offerta.

A primeira causa desapareceu, entrando hoje o Governo no mercado como comprador de dous milhões esterlinos, situação igual á que tinha no ultimo anno que precedeu ao accordo, isto é, de junho de 1897 a junho de 1893, pois que, em virtude dos recursos fornecidos pela venda de *debentures* da Leopoldina, de titulos da *Oeste de Minas*, dos cruzadores *Amazonas* e *Almirante Abreu*, da quota inicial do arrendamento da Estrada de Ferro de Porto-Alegre a Uruguayana, e do emprestimo de dous millhões no exterior, a compra de cambiaes por conta do Governo não attingiu nesse anno a dous milhões esterlinos.

A segunda causa cessou de todo e ninguem contesta que o movimento especulador na bolsa é francamente de baixa.

A terceira, finalmente, desapareceu por sua vez, pois que é facto conhecido de todos que nenhuma influencia extra-commercial se faz

sentir actualmente no mercado de cambio e que o Governo actual nunca interveiu para produzir artificialmente a alta.

Cessadas, pois, as causas que determinaram a elevação da taxa cambial, logo após o accordo financeiro, o mercado teria reassumido a sua situação anterior áquelle accordo, o cambio teria voltado á taxa de $5 \frac{5}{8}$, si as medidas postas em pratica pelos poderes publicos não tivessem produzido effeitos beneficos positivos.

Dentre essas medidas destaca-se, como a mais importante, o resgate de mais de 50.000:000\$000.)

Tem-se procurado negar a acção do resgate, allegando que, depois de haver ultrapassado a taxa de 8, o cambio desceu de novo, apesar de se ter continuado a incineração do papel.

As exclamações de triumpho dos adversarios do resgate deante deste facto são apenas gritos de ignorancia em assumpto tão simples e tão claro.

Si reflectissem um momento que a taxa cambial nas nossas condições actuaes é o quociente de uma divisão em que o dividendo é o valor da exportação e o divisor a quantidade de papel em circulação, veriam sem grande esforço que a influencia da diminuição do papel sobre o cambio póde ser neutralizada pela diminuição do valor da exportação, sem que se possa negar aquella influencia, pois ninguem ignora que um quociente póde diminuir, apesar da diminuição do divisor, si ao mesmo tempo se faz uma diminuição no dividendo; ninguem contestando, entretanto, a influencia que a diminuição do divisor exerce sobre o augmento do quociente.

(E' esta, Sr. Presidente, a nossa posição nesta questão: a descida continua do preço do café vai reduzindo o valor da nossa exportação e a taxa cambial de 8 que calculamos para um valor de exportação de 24,5 milhões esterlinos e uma circulação de 735.000:000\$, póde descer como está acontecendo e desceria ainda muito mais si não tivessemos, por meio do resgate, attenuado os effeitos da diminuição do dividendo — valor da exportação, pela diminuição do divisor — quantidade de papel moeda.)

Si attendermos a que a especulação póde auxiliar e ampliar os effeitos da baixa que acabámos de apontar, ninguem poderá negar

que os factos estão de perfeito accôrdo com a doutrina que temos sustentado.

O effeito da reduçção da massa de papel sobre a elevação da taxa cambial e consequente valorização da nossa circulação monetaria, é, pois, um facto incontestavel.

Esse effeito, pequeno a principio, em virtude da exiguidade da quantia retirada da circulação, ir-se-ha accentuando com o augmento do resgate e estou convencido de que com o mesmo valor de 24,5 milhões esterlinos para nossa exportação e independentemente de qualquer entrada de ouro do exterior, não havendo causas deprimentes de ordem politica, o cambio subirá a 9, 10, 12 e 15, quando tivermos reduzido a circulação a 650, 580, 490 e 390.000:000\$000.

Pensando assim, eu desejo partilhar das responsabilidades ligadas ao resgate com os que realizaram o accordo de 15 de junho e o Congresso que escolheu entre os dois alvitres propostos naquelle accordo o da destruição do papel-moeda.

Já destes, Sr. Presidente, uma manifestação clara do vosso pensamento neste assumpto, quando pedistes e conseguistes do Congresso a criação dos fundos de resgate e garantia do papel-moeda com o fim de alargar e ampliar os resultados obtidos por aquelle accordo em relação á valorização do nosso meio circulante.

O entusiasmo que tenho pelo resgate do papel-moeda não me cega, porém, a ponto de não ver os perigos que elle póde trazer, si não for executado com grande prudencia e extraordinario criterio.

O perigo está em que a reduçção do papel traz como consequencia uma reduçção na amplitude da circulação, na extensão do apparelho circulatorio, que se manifesta por grande diminuição de negocios.

D'ahi uma modificação profunda na estrutura da sociedade, considerada debaixo do ponto de vista industrial, commercial e até governamental.

Depois de muitos annos de grande circulação de papel de curso forçado, todas as relações sociaes de ordem economica, todos os contractos, todos os negocios se adaptam a esta situação especial, a que tudo se subordina, os preços dos objectos, os salarios e as rendas.

Nestas condições um resgate brusco, trazendo como consequencia uma valorização rapida do meio circulante, traria grandes prejuizos a certas classes sociaes e especialmente aos productores nacionaes, que teriam um preço para a producção e outro para a venda dos productos.

Si todos os elementos economicos tivessem a mesma rapidez em seus movimentos, a valorização brusca da moeda não traria grandes inconvenientes; isto, porém, não se dá com os preços dos objectos e com os salarios, que têm sempre seus movimentos extremamente lentos e nunca poderiam acompanhar os movimentos relativamente rapidos da valorização do meio circulante.

Rompe-se por esta fórmula a relação entre os lucros do productor e o custo da producção, sacrificando assim os mais sagrados interesses da nação.

De outro lado, como o resgate reduz a circulação em sua extensão e amplitude, elle promove a suppressão por meio de liquidações de um certo numero de transacções e de negocios em beneficio das transacções e negocios que continuam a subsistir.

De sorte que, si o resgate se faz bruscamente, as liquidações precipitam-se desordenadamente, dando logar a crises commerciaes, que podem tornar-se graves.

Si ha, pois, individuos que podem auferir lucros immediatos, outros seriam lançados á ruina pela subida brusca do cambio e redução na extensão da circulação.

E' necessario, pois, nem deixar-se arrastar pelas impaciencias dos primeiros, nem estacar deante das exigencias dos outros.

E' necessario resgatar, valorizar o papel, excitando leutamente as liquidações de negocios inferiores para concentrar os valores nos negocios superiores, modificando pouco a pouco a nossa estrutura economica.

E' necessario, porém, que a acção seja lenta e graduada, de modo que, no movimento geral para constituir uma nova ordem de cousas, uma nova estrutura economica, os elementos mais morosos possam alcançar os mais rapidos.

E' necessario mesmo algumas vezes suspender temporariamente a acção do resgate para que os elementos mais retardatarios, como o preço e os salarios, não fiquem tão deslocados que possam perturbar profundamente as relações economicas.

E' uma operação em cuja realização a paciencia, o tacto, o criterio e a prudencia devem andar ao lado da coragem, da tenacidade e da perseverança.

Estudando os effeitos da superabundancia excessiva de um genero no mercado, tive occasião de vos mostrar que a especulação, em sua essencia, não é uma entidade nova que se apresenta no mercado.

Ella é o proprio commercio, que toma a fórma parasitaria, adaptando-se ao meio especial em que se desenvolve.

Emquanto, pois, não se modificar esse meio, só se poderá restringir e supprimir a especulação, restringindo e supprimindo o proprio commercio.

A especulação entre nós no mercado do café e do cambio tem seus elementos de vida na superabundancia do café e do papel-moeda ; supprimam-se esses elementos e a especulação desaparecerá. Antes disso, não creio na efficacia de nenhum outro meio.

A regulamentação do commercio de cambio nada tem produzido de positivo, a especulação é um Protheu ; a cada novo regulamento elle responde tomando fórmas novas, e, quando se suppõe que vai extinguir-se, surge cheio de vida, demonstrando que os regulamentos nada podem contra a sua essencia, que é o proprio commercio, nem contra a sua modalidade, que é a expressão de um vicio economico.

Podemos e devemos legislar para auferir desse commercio, altamente lucrativo, rendas para o Thesouro ; podemos e devemos retirar as instituições que se entregam a esse commercio tão nocivo das situações especiaes em que algumas dellas se acham collocadas, obrigando-as a entrar no regimen que lhes é proprio.

Mas nada de real, de positivo e de duradouro conseguiremos contra a especulação, sinão quando tivermos adaptado a producção do café

ao seu consumo e a extensão da circulação ao seu valor real, salvo si novos capitaes, attrahidos por grandes lucros, entrarem em luta com os que hoje alimentam a especulação, e que dessa luta, dessa concurrencia travada dentro da propria especulação, resultem beneficios relativos para o Brazil.

Emquanto se operam todos esses phenomenos, que se traduzirão por uma remodelação economica do paiz, debaixo do ponto de vista agricola, industrial e commercial, remodelação que só pôde ter logar de um modo lento e gradual, é necessario que o Governo organize os meios necessarios para fazer face a todos os seus encargos durante o periodo de difficuldades que está atravessando o paiz, na phase mais aguda das liquidações indispensaveis e absolutamente necessarias áquella remodelação.

(Tres são as difficuldades mais sérias que nesse periodo se offerecem á nossa vida financeira.

A primeira é constituida pela diminuição das rendas aduaneiras, em virtude de redução da importação, consequente ao empobrecimento do paiz; a segunda, proveniente da diminuição das rendas aduaneiras, consequente ás taxas ultra-proteccionistas das tarifas nas alfandegas; a terceira, a sensibilidade exaggerada do mercado onde o Governo vai buscar o ouro para satisfação dos seus encargos no exterior.

A redução das nossas rendas aduaneiras, consequente ao empobrecimento do paiz, só a podemos combater com a redução correspondente das despezas em todos os ramos da administração publica.

Durante o periodo de empobrecimento, a economia a mais severa se impõe como uma necessidade e como um dever, pois seria um erro e até um crime a ostentação de uma administração luxuosa no meio da pobreza nacional.

Essas economias têm sido e continuarão a ser feitas pela acção combinada e patriotica do Congresso e do Poder Executivo.

A redução nas tarifas das alfandegas das taxas ultra-proteccionistas augmentaria, sem duvida, a entrada dos productos estrangeiros

no nosso mercado, fazendo escrever por esta fôrma as rendas aduaneiras.

Mas nem é possível, nem mesmo conveniente, sobretudo em uma época de grandes abalos, provocar uma transformação brusca no nosso vicioso systema industrial, suspendendo instantaneamente protecções officiaes, á sombra das quaes se organizaram e vivem muitas industrias artificiaes entre nós.

Emquanto, pois, se opera lenta e gradualmente a metamorphose industrial entre nós, não temos outro recurso sinão pedir a essas mesmas industrias a compensação dos prejuizos que ellas causam ás rendas da União.

D'ahi vem o desenvolvimento extraordinario, que estão dando Congresso e Governo aos impostos de consumo, já augmentando algumas das taxas existentes, já estendendo a acção tributaria a grande numero de productos. Esse acto governamental, que vai sem duvida augmentar os nossos recursos, despertou, como era natural, resistencias proprias de toda adaptação a uma nova ordem de cousas.)

E' de justiça, porém, declarar que o bom senso e o sentimento de rectidão da maior parte dos industriaes e commerciantes bastaram para vencer as difficuldades creadas por alguns espiritos exaltados.

Esta nova peça do nosso systema tributario representa o apparelho de adaptação do nosso organismo financeiro a um meio economico que não pôde ser alterado instantaneamente sem grandes inconvenientes.

O imposto em ouro de uma parte das nossas rendas aduaneiras representa outro apparelho de adaptação á sensibilidade doentia do nosso mercado de cambio.

O accordo de 15 de junho não retirou completamente o Governo daquelle mercado, pois que os recursos indispensaveis para satisfazer as despesas ordinarias em ouro, não contempladas naquelle accordo, e o pagamento do resto do emprestimo externo de 1897, montam quasi a dois milhões esterlinos no corrente exercicio.

(Mesmo na hypothese da ausencia completa de pagamentos naquella especie, seria imprevidente o Governo que não cogitasse desde já na organização do apparelho necessario para obter o ouro, quando

tivermos de voltar ao regimen normal com os nossos credores do exterior.

Nas circumstancias em que nos achamos, os apparelhos dessa ordem não se organizam instantaneamente sem produzir grandes abalos e difficuldades muitas vezes insuperaveis.

Elles devem começar com pequenas dimensões, crescer e desenvolver-se de modo lento e gradual, apalpando, por assim dizer, o terreno, de modo que a adaptação se faça sem grandes attritos e sem grandes commoções.

E' necessario que com elles se faça como que experiencias, antes que se tenha necessidade absoluta do resultado do seu funcionamento, afim de ter-se o tempo preciso de sondar o meio em que devem trabalhar e estudar as modificações nelles a introduzir, si os resultados das experiencias não corresponderem á nossa expectativa.

Só por esta fórma se podem evitar decepções e difficuldades, que podem causar embaraços insuperaveis em momento em que não ha calma para reflectir, nem tempo para corrigir.

Foi o que fez o Governo, estabelecendo desde já o imposto do 10 % ouro sobre o valor da importação e pedindo ao Congresso o augmento de mais 5 % para o anno vindouro, taxa que será augmentada, a pouco e pouco, si as circumstancias o exigirem e si as nossas condições o permittirem.

A idéa do imposto em ouro não é nova entre nós, e os insuccessos na sua fixação em nosso meio foram devidos ao modo brusco pelo qual se procurou realizal-o, com taxas fortes, desde o principio de sua execução.

Essa fórma de cobrança do imposto não afasta o Governo do mercado de cambio, como muitos pensam, no sentido de que os recursos em ouro de que elle precisa tenham outra origem que não o nosso proprio mercado.

O imposto em ouro não é e nem podia ser um apparelho creador, mas apenas um apparelho extractor.

O ouro nesta fórma de imposto vem sempre do nosso mercado, o modo de extrahil-o é que varia de maneira notavel nos dois processos.

No processo commum o Governo, em epochas determinadas e conhecidas dos negociantes de cambio, procura, por intermedio de um ou de alguns corretores, fazer a compra de grandes sommas em duas ou tres praças da Republica.

No processo do imposto em ouro, o Governo, a todo o instante, por intermedio de todos os importadores, em todos os pontos em que ha alfandegas, retira, por pequenas parcelas, o ouro de que necessita.

A differença é radical: no primeiro caso, a compra do ouro faz-se com intermittencias bruscas, o que produz grandes abalos, uma verdadeira trepidação no movimento câmbial.

A compra faz-se por grandes quantias em epochas determinadas, o que amplifica extraordinariamente a trepidação de que acabámos de fallar.

A compra realiza-se em um numero muito limitado de pontos, o que faz concentrar nesses pontos e, por conseguinte, exaggerar a acção perturbadora sobre o movimento cambial.

Finalmente, a operação é realizada por um pequeno numero de intermediarios, que não têm interesse directo na operação, além dos seus lucros immediatos.

No segundo caso, porém, a operação faz-se a todos os momentos, em todos os logares, diluindo, assim, sua acção perturbadora em uma continuidade de tempo e de espaço.)

Ainda mais, os agentes da operação, neste caso, são innumerous, são todos os importadores, que, zelando cada um o seu proprio interesse, procuram realizar as transacções nas condições as mais favoraveis.

Eis, como, por meio deste aparelho financeiro, o Governo consegue extrahir do mercado o ouro de que tem necessidade, sem os grandes abalos que tanto favorecem aos especuladores, quanto prejudicam ao commercio honesto.

(Estes tres agentes financeiros: a reduccão das despesas em todos os ramos da administração publica, para corresponder ao empobrecimento actual do paiz; o imposto de consumo, para corresponder á nossa viciosa organização industrial; e o imposto em ouro, para corresponder ao mercado de cambio, em que uma massa enorme de papel-moeda desvalorizado imprime o cunho de uma sensibilidade doentia, constituem os tres

apparelhos de adaptação do nosso organismo financeiro ao nosso meio economico.

Por esta fórma teremos por algum tempo uma vida financeira pobre: dos nossos serviços publicos uns foram, outros terão talvez de ser supprimidos, outros, ainda, terão dotação reduzida; mas teremos as condições essenciaes de vida, porque esta, antes de tudo, adapta-se ao meio em que tem de realizar-se.)

(Em 1897, eu tive occasião de chamar a attenção para a falta de concordancia entre a vida financeira e o meio economico.

A despeza não foi reduzida convenientemente, apesar dos esforços patrioticos do meu honrado collega, que naquelle tempo occupava a pasta da fazenda.

O *deficit* orçamentario subiu nesse anno a 120.000:000\$, e foi necessario recorrer a dois empréstimos, um interno de 60.000:000\$ e outro externo de dois milhões esterlinos para fazer frente a este *deficit*.

No anno seguinte a situação aggravou-se por tal fórma que, apesar dos esforços heroicos do meu antecessor, fomos levados a suspender no exterior os nossos pagamentos em especie e a recorrer ao accordo de 15 de junho.

O Governo está trabalhando com perseverança e tenacidade no sentido de reduzir muitos dos encargos que pesavam sobre o Thesouro na occasião em que fomos forçados a aceitar aquelle accordo.

Com a grande depressão da taxa cambial, os encargos em ouro tornaram-se extremamente onerosos, d'ali a grande vantagem de reduzir, o maximo possivel, as dividas internas dessa especie.

O Governo tem em adeantamento operações que, terminadas antes do periodo do accordo, reduzirão essa divida em mais de 27.000:000\$ ou tres milhões esterlinos.

Na parte mais onerosa da divida interna em papel e representada pelas apolices de juros de 6 %/o tivemos no mesmo periodo uma redução de 18.000:000\$000.

As dividas de exercicios findos, amontoadas durante muitos annos, estão sendo liquidadas com tal empenho, que espero que ellas estejam regularizadas, quando expirar o convenio financeiro.)

No mesmo periodo, creio poder liquidar os mais pesados dos encargos provenientes de sentenças judiciais, que montam actualmente a sommas avultadas, e libertar-nos dos *deficits* de pequenas estradas de ferro que já então devem estar arrendadas.

(De outro lado, a arrecadação das mais importantes das nossas rendas deve ir melhorando de modo sensivel : a da renda do sello, pelos effeitos da lei ultimamente votada pelo Congresso, a dos impostos de consumo, pela lei actualmente em elaboração e a das aduaneiras, pelas modificações introduzidas, quer nas tarifas, quer na *Consolidação das leis das alfandegas*, e quer pelo Convenio estabelecido entre o Governo da União e o do Rio Grande do Sul, para repressão do contrabando nas fronteiras desse Estado, Convenio que está dando os mais brillantes resultados.)

O estado das nossas rendas correspondentes ao 1º semestre deste anno mostra, no quadro que acompanha este relatorio, uma differença para menos de 10.000:000\$, comparada com a do 1º semestre do anno passado.

Essa differença, porém, não é real, pois, si compararmos a receita da Alfandega em 1898 com a de 1897, observaremos que havendo decrescido sensivelmente durante o anno de 1898, o mez de dezembro desse mesmo anno offerece um augmento de renda de mais de 11.000:000\$, comparado com egual mez de 1897.

Houve, pois, em dezembro de 1898 uma antecipaçào de receita, produzida por uma antecipaçào de importaçào, com o fim de evitar a acçào do imposto dos 10 %, em ouro.

Si passarmos, pois, para o corrente anno o producto dessa antecipaçào de receita, veremos que desaparece a differença acima apontada.

Entretanto, para não sermos optimistas neste assumpto, admittamos nas rendas aduaneiras uma diminuicào de 20.000:000\$; essa diminuicào será neutralizada pelo augmento certo, que teremos nas rendas do imposto de sello e de consumo.

Si tivermos ainda renda total menor que a de 1898, a differença será compensada pela reducçào nas despezas feitas em todos os orçamentos.

Dada, pois, com todas estas compensações e na peor das hypothèses, uma situação semelhante á de 1898, quanto á relação entre a receita e a despesa, estaremos, sem duvida, quando expirar o convenio de 15 de junho, em condições de voltar ao pagamento em especie, pois, como é sabido, a differença de cambio foi a causa mais notavel de suspensão daquelles pagamentos, e, recebendo o Governo actualmente uma parte das rendas aduaneiras, ao cambio de 27, terá incontestavelmente os recursos necessarios para o serviço no exterior sem os onus da differença de cambio.

Podemos, pois, estar certos que a Republica, que, durante a vigencia do accordo financeiro, ainda não faltou a um só dos seus compromissos, terá os recursos necessarios para cumprir o seu dever quando houver expirado aquelle accordo.

Taes são, Sr. Presidente, as considerações geraes, que julguei conveniente fazer, antes de vos apresentar noticias mais detalhadas sobre o ramo de administração que me confiastes.

Ellas apontam, de modo bem claro, as causas que com mais intensidade têm trabalhado para a nossa decadencia economica e financeira; imprimindo á nossa sociedade uma estructura economica, viciosa, caracterisada pela discordancia entre elementos que devem guardar entre si a mais completa harmonia — consumo e producção, valor e extensão de circulação, receita e despesa da União.

(Para combater essas causas e destruir os seus effeitos perniciosos, dois são os caminhos a seguir: o caminho estreito e tortuoso da politica de expedientes e a estrada recta e larga da politica de principios, que acabo de vos apresentar.

O primeiro é facil de percorrer; os beneficios que nelle encontramos são de effeitos immediatos, embora transitorios: emprestimos á lavoura, a alta artificial do cambio á custa do Thesouro, a propaganda em favor do consumo do café por agentes officiaes, o commercio desse producto realizado directamente pelo proprio Governo e outras formulas seductoras arrancam applausos calorosos a muitos daquelles que,

sentindo mais directamente os efeitos terriveis da crise, pensam e raciocinam sob a forte pressão de seus proprios males.

A estrada da politica de principios é aspera e rude ; os resultados longinquos mas seguros que ella nos offerece, só podem ser percebidos por aquelles que têm a calma, a clarividencia e a serenidade de espirito no estudo destas questões.

A politica de expedientes é a politica da mascara, com que se procura occultar ao paiz os seus proprios males ; é a politica do narcotico, que insensibilisa a nação para as suas proprias dores, tirando-lhe a consciencia da necessidade de uma reacção energica e viril contra os agentes que ameaçam destruil-a.

A outra é a politica da franqueza e lealdade, que não esconde as verdades duras e amargas que o paiz precisa conhecer ; a politica que, tendo fé na vitalidade da Republica, não tem receio de provocar de sua parte um movimento energico de reacção salutar.)

A escolha não póde ser duvidosa, Sr. Presidente, para um espirito como o vosso, que tantas vezes tem demonstrado preferir o encanto doce e elevado de uma consciencia patriotica á baixa seducção da popularidade de momento.

E' por isso que, no correr desta exposiçào, eu fiz sentir constantemente que, não só ao Governo, mas tambem e, principalmente á nação, cabe a parte, a mais importante, na soluçào das nossas difficuldades actuaes.

(Ao Governo cabe, firmando o nosso credito e valorisando a nossa moeda, provocar a entrada de novos capitaes, que venham do exterior desenvolver nossas riquezas. A' lavoura, porém, cabe modificar sua organização viciosa, para que esses capitaes não se transformem em elementos de destruição da fortuna nacional.

Ao Governo compete a legislaçào que garanta da melhor fórma as instituições de credito agricola ; a lavoura, porém, deve estar certa que nenhum governo tem o poder de crear o credito agricola, que só póde ser constituido pelo trabalho, pela economia e pela pontualidade nos pagamentos.

E' dever do Governo facilitar a circulaçào dos nossos productos nos

paizes estrangeiros ; só os proprios lavradores, porém, conseguirão levar a effeito a propaganda, de que deve resultar o augmento de consumo.

Ao Governo compete a redução da extensão da circulação, para valorizar a nossa moeda ; só, porém, o paiz, augmentando o valor de sua producção, póde evitar a necessidade de uma redução que modifique profundamente relações economicas importantes da vida nacional)

(Sr. Presidente, vivemos em uma Republica em que os republicanos emprestam aos que governam o poder sobrenatural que os antigos povos attribuiam aos monarchas de origem divina.

¶ Para elles o Governo da Republica deve ter o poder de derogar as leis naturaes da offerta e procura e valorizar instantaneamente o café sem alterar a discordancia entre a producção e o consumo, levantar bruscamente o cambio sem alterar a desproporção enorme entre o valor da circulação e a sua extensão e até alargar e desenvolver todos os serviços publicos, mesmo com diminuição notavel das nossas rendas.

Para chegar a esse resultado fantastico de corrigir em poucos mezes effeitos de erros accumulados em muitos annos, não hesitam em aconselhar o emprego de todos os processos contra a liberdade economica, esquecendo-se que a Republica não póde ser um mixto hybrido de liberdade politica e de despotismo economico.

— E' preciso reagir com energia contra essas tendencias retrogradadas; e, no momento actual, o dever mais espinhoso, mais arduo, mas tambem o mais nobre e patriotico é resistir calmo, firme e inabalavel a essa onda em que se misturam a ignorancia e a má fé de uns com as paixões partidarias de outros. —

E' necessario, Sr. Presidente, que o nosso patriotismo seja maior que o nosso amor proprio, e que saibamos sem ruido, e sem ostentação sacrificar os effeitos, ás vezes brilhantes, mas sempre passageiros, dos processos artificiaes á obra de restauração solida e permanente da situação economica e financeira da Republica.

! Republicano por indole, por educação e por principio, eu tenho fé absoluta que todas as nossas difficuldades só podem ter solução na pratica leal e sincera dos principios de liberdade.) /

Que a Republica entre nós não seja uma palavra vã, simples inscripção de bandeira dos que lutam pelos seus interesses individuais, mas que seja a inspiradora dos nossos pensamentos e a synthese de todas as liberdades.

E', Sr. Presidente, o que em outra occasião eu concretisei na formula — republicanisar a Republica.

João Gervasio de Azevedo

